



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO – CDSA
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO – UAEDUC
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

EDVANIA FERREIRA DE SOUSA

EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA: UMA EXPERIÊNCIA NA ESCOLA DO CAMPO
DA COMUNIDADE PIO X.

SUMÉ, 2018

EDVANIA FERREIRA DE SOUSA

**EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA: UMA EXPERIÊNCIA NA ESCOLA DO CAMPO
DA COMUNIDADE PIO X.**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Educação do Campo do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito à obtenção do título de Licenciatura em Educação do Campo na área de Linguagens e Códigos.

Área de concentração: Linguagens e Códigos.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Medeiros Roldão de Araújo

SUMÉ, 2018

S725e Sousa, Edvânia Ferreira de.
Educação física inclusiva: uma experiência na Escola do Campo da comunidade Pio X.. / Edvânia Ferreira de Sousa. - Sumé - PB: [s.n], 2018.

56 f.

Orientador: Professor Dr. Bruno Medeiros Roldão de Araújo.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

1. Educação física inclusiva. 2. Escola do campo. 3. Comunidade de Pio X – Sumé - PB. I. Araújo, Bruno Medeiros Roldão de. II Título.

CDU: 376:796(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

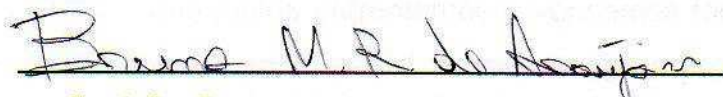
Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

EDVANIA FERREIRA DE SOUSA

**EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA: UMA EXPERIÊNCIA NA ESCOLA DO CAMPO
DA COMUNIDADE PIO X.**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Educação do Campo do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Educação do Campo na área de Linguagens e Códigos.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Bruno Medeiros Roldão de Araújo
UAEDUC/CDSA/UFCG
Orientador



Profa. Ms. Patrícia de Jesus Costa dos Santos
UNIFACISA
Examinadora 1



Prof. Ms. Vinícius Ramos Bezerra
UAEDUC/CDSA/UFCG
Examinador 2

Aprovado em Sumé, 22 de março de 2018

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa primeiramente a Deus por toda a força interior fomentada nos momentos de adversidade, dificuldade, em que como ser humano quis desiste, a todos da família CDSA em especial a LECAMPO que com dedicação nos ajudou a construir novos conhecimentos. Aos mestres que com dedicação e coragem enfrentaram juntos comigo cada batalha, a eles todo o meu respeito: Socorro, Quezia, Issak, Idelzuite, Alba, Ubilina, Conceição, Walberto, Fabiano, Nahum, Almir, Erivan, Monica, Valéria, Vinicius, Marcus Berssa, Irelanio, Patrícia, as psicólogas Gabriele Prado e Lays Andrade pelo apoio nos momentos em que mais necessitei, por fim ao honroso orientador Bruno que sempre acreditou em minha força de superação, me apoiando e encorajando a acreditar nos momentos de adversidades.

Dedico a todos os portadores de necessidade especial, que ao longo da pesquisa me fizeram entender e perceber o ser humano incrível que são ultrapassando barreiras e mostrando as possibilidades que eles têm de quebrar as barreiras individual, cultural e social.

A turma de 2012.1 que juntos enfrentamos e vencemos todos os obstáculos colocados ao longo da jornada, em especial ao meu amigo e irmão Erivaldo Tiago que nunca me deixou desistir, obrigado por sua paciência e ajuda no momento em que precisei de você.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a deus pela força interior e oportunidade dada e tudo que conquistei através dos estudos, agradeço a Universidade Federal de Campina Grande Campus Sumé e a todos os mestres que com carinho se dedicaram para a minha formação acadêmica e como ser humano que sou hoje.

A minha família em especial meu pai Olivan Fortunato de Souza e a minha mãe Maria do Carmo Ferreira de Sousa, minhas irmãs Eva Wilma ferreira de Sousa e Ednalva Ferreira de Sousa, aos que fizeram parte da turma de 2012.1, como também não poderia deixar de citar em geral meus amigos pelo carinho, dedicação principalmente nos momentos em que queria desistir e que foram fundamentais para meu enriquecimento acadêmico me auxiliando quando necessário.

A minha amiga Ivoneide Araújo pela força e carinho, sempre estando ao meu lado nos momentos felizes, tristes e turbulentos, como também ao INSTITUTO EDUCACIONAL PAI ETERNO por todo apoio dado todos os dias de trabalho.

Ao meu orientador Dr. Bruno Medeiros Roldão de Araújo por toda paciência e dedicação, me motivando e acima de tudo sendo um amigo nos momentos que só ele pode compreender, e a minha amiga e confidente Patrícia Costa pelas suas orientações sempre me incentivando a nunca desistir.

Sou infinitamente grata ao CAPES/PIBID programa de iniciação a docência, pelos anos e experiências vivenciadas que foram únicas, nele tive a certeza de que queria me tornar professora, as experiências lá vivenciadas me levaram a adquirir uma lição que levarei pra toda vida. Aos meus mestres que encontrei, carinho e muita dedicação possibilitaram através de seus conhecimentos me tornar não apenas um professor mais um cidadão de bem.

RESUMO

A educação inclusiva na sociedade atual é sem dúvida um desafio a ser vencido na educação, considerando o direito constitucional da educação para todos, compreendendo como deve se dá a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais, buscando nelas objetivos seguros para que essas crianças tenham assegurado seu direito a uma escola inclusiva. Diante deste cenário, o presente trabalho teve por objetivo geral analisar a inserção da temática inclusiva nas aulas de Educação Física em escola do campo. Os objetivos específicos foram: analisar a prática pedagógica utilizada pelo professor de Educação Física para trabalhar a temática inclusiva nas aulas; identificar como os alunos são incluídos nos conteúdos propostos durante as aulas; e verificar se existe dificuldade de inclusão dos alunos durante a prática pedagógica do professor nas aulas. Realizou-se pesquisa qualitativa, descritiva de campo com dois professores da área de Linguagens e Códigos do Ensino Fundamental II que ministram as aulas de Cultura Corporal, e cinco alunos do 6º ano do Ensino Fundamental II da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Bonifácio Barbosa situada no Distrito de Pio X, Sumé-PB. Os resultados apontaram para os desafios da escola inclusiva, a busca dos direitos dos portadores de necessidade especial, buscando assim uma educação de direito, possibilitando o conhecimento nela existente, utilizando métodos que interajam e estabeleçam atividades valorizando assim a capacidade de aprendizagem individual. A inclusão de portadores de necessidade especiais é uma discussão crescente e complexa no meio educacional, porém ocorrem mudanças significativas no que diz respeito a novos métodos de inclusão de qualidade de crianças portadoras de necessidade especial, entender e reconhecer que é necessária uma mudança para que todos possam ter a mesma educação sem que seja excluído de qualquer atividade educacional de direito.

Palavras-chave: Educação Física. Inclusão. Escolas do campo.

RESUMEN

La educación inclusiva en la sociedad actual es sin dudas un desafío a ser vencido en la educación, en vista del derecho constitucional de la educación para todos, que comprende cómo se debe dar la inclusión de niños portadores de necesidad especial, la búsqueda en ellas objetivos seguros para que esos niños tengan asegurados sus derechos a una escuela inclusiva. Delante de este escenario, el presente trabajo tuvo por objetivo general la inserción de la temática inclusiva en las clases de Educación Física en escuela del campo. Los objetivos específicos fueron: analizar la práctica pedagógica utilizada por el profesor de Educación Física para trabajar la temática inclusiva en las clases; identificar cómo los alumnos son incluidos en los contenidos propuestos durante las clases; e verificar si existe dificultad de inclusión de los alumnos durante la práctica pedagógica del profesor en las clases. Se llevó a cabo investigación cualitativa, descriptiva de campo con dos profesores del área de Lenguaje e Idiomas del Nivel de Enseñanza Fundamental II que ministran las clases de Cultura Corporal, e cinco alumnos del 6º año de la Enseñanza Fundamental I de la Escuela Municipal de Enseñanza Fundamental José Bonifacio Barbosa situado en el Distrito de Pio X, Sumé/PB. Los resultados apuntan para los desafíos de la escuela inclusiva, la búsqueda de los derechos de los portadores de necesidad especial, buscando así una educación de derechos, permitiendo el conocimiento en ella existente. Utilizando métodos que interactúan y establecen actividades valorizando así la capacidad de aprendizaje individual. La inclusión de portadores de necesidad especial es una discusión creciente y compleja en el medio educacional, pero ocurren cambios significativos en que dice respecto a nuevos métodos de inclusión de calidad de niños portadores de necesidad especial, entender e reconocer que es necesario un cambio para que todos puedan tener la misma educación sin que sean excluidos de cualquiera actividad educacional de derecho.

Palabras claves: Educación Física, inclusión, Escuelas del campo

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela I - Alunos da Educação básica..... | 31 |
| Tabela II - Equipe de funcionários..... | 31 |
| Tabela III - Professores do Ensino Fundamental II, divididos por área de conhecimento..... | 31 |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|----|
| | INTRODUÇÃO | 09 |
| 1 | REFERENCIAL TEÓRICO | 14 |
| 1.1 | Educação Inclusiva..... | 14 |
| 1.2 | Entendendo as Leis..... | 18 |
| 1.3 | Definição de deficiência nos marcos legais..... | 23 |
| 1.3.1 | Deficiência auditiva: um breve histórico no Brasil..... | 23 |
| 1.3.2 | Deficiência Visual..... | 26 |
| 1.3.3 | Cadeirante: acessibilidade como direito..... | 28 |
| 2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 30 |
| 2.1 | Delineamento do Estudo..... | 30 |
| 2.2 | Cenário do Estudo..... | 31 |
| 2.3 | Atores sociais da Pesquisa..... | 32 |
| 2.4 | Critérios de Inclusão..... | 33 |
| 2.5 | Critérios de Exclusão..... | 33 |
| 2.6 | Instrumentos e Técnicas Para Coleta dos Dados..... | 33 |
| 2.7 | Procedimentos Para Coleta de Dados..... | 33 |
| 2.8 | Análise de Dados..... | 34 |
| 2.9 | Procedimentos Éticos..... | 34 |
| 3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO | 35 |
| 3.1 | O Olhar dos alunos do campo frente à Educação Física inclusiva..... | 35 |
| 3.2 | Educação do Campo e a educação física inclusiva nas escolas do campo..... | 40 |
| 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 45 |
| | REFERÊNCIAS | 46 |
| | APÊNDICES | 52 |
| | APÊNDICE A - Roteiro de entrevista semiestruturada para os alunos | 53 |
| | APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semiestruturada para os professores da área de linguagens e códigos | 54 |

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento social é indispensável para o ser humano, em especial quando tratamos do direito a escolarização e seu processo de aprendizagem, onde é de suma importância que a criança receba todo atendimento necessário sem aja nenhum tipo de exclusão.

Desse modo, a inclusão escolar surge como um novo paradigma, aonde o principal valor é o principio da igualdade e desta maneira, garantindo a todos, independentemente das diversidades, as mesmas oportunidade para a conquista da cidadania (ARRANHA, 2000).

Trabalhar a inclusão nas aulas de Educação Física e demais disciplinas ajuda no entendimento e respeito ao próximo e auxilia de um modo geral na compreensão das diferentes formas de aprender (KASSAR, 2012), assim é possível melhorar e promover as relações e auto-estima do aluno.

A importância do profissional de educação física como mediador e facilitador dos alunos nas aulas na educação, tendo como foco o envolvimento saudável e ético entre o ser humano e seu convívio social. Por isso a nossa investigação será: Como devemos trabalhar a inclusão e a Educação Física inclusiva nas aulas de Cultura Corporal das escolas do campo?

A inclusão aparece como ferramenta pedagógica para favorecer o outro e não contra o outro visando assim uma melhor qualidade de vida em sociedade. As pessoas com necessidades especiais carregam em sua essência uma capacidade de se integrar na sociedade participando e construindo de sua independência, no entanto essa integração se dará através das oportunidades nas vias educacionais e sociais. Escola inclusiva pode e deve oferecer aos seus alunos uma educação de qualidade, garantindo assim seus direitos, favorecendo a cada aluno condições para que seu processo de aprendizagem seja garantido conforme suas necessidades e especialidades. Segundo Glat e Nogueira (2002, p. 27) As políticas públicas para a inclusão devem ser concretizadas na forma de programas de capacitação e acompanhamento contínuo, que orientem o trabalho docente na perspectiva da diminuição gradativa da exclusão escolar, o que visa a beneficiar não apenas os alunos com necessidades especiais, mas, de uma forma geral, a educação escolar como um todo.

A escola só poderá ser considerada inclusiva quando se estabelecer dentro dela políticas voltadas para a reorganização escolar que a torne acessível principalmente para aqueles com suas peculiaridades, assim usamos estratégias pedagógicas como ferramenta para uma melhor qualidade educacional independente das necessidades que os alunos venham apresentar.

A educação inclusiva implica na implementação de políticas públicas, na compreensão da inclusão como processo que não se restringe à relação professor aluno, mas que seja concebido como um princípio de educação para todos e valorização das diferenças, que envolve toda a comunidade escolar. (BRASIL, 2002 p.26)

Segundo os PCN'S "Na escola, portanto, quem deve determinar o caráter de cada dinâmica coletiva é o professor, a fim de viabilizar a inclusão de todos os alunos. Esse é um dos aspectos que diferencia a prática corporal dentro e fora da escola" (1997, p. 30).

No entanto um dos papéis mais importantes na pedagogia é traçar estratégias que possibilitem um processo sistemático de ensino e aprendizagem focalizando a adaptação dos conteúdos inclusivos sem deixar de lado toda a carga de conhecimento que naturalmente o ser humano já traz em sua essência. Constatamos que os docentes, embora reconheçam que alunos com deficiência podem aprender, não têm clareza sobre o que fazer para ensiná-los.

Segundo Henrique (2012) todo o suporte ao professor deve ser assegurado material, orientação pedagógica, os meios devem ser disponibilizados para que uma educação de qualidade seja garantida ao aluno e que principalmente as oportunidades na escola seja iguais para todos sem que aja exclusões.

Muitas vezes, optam pelo caminho da simplificação de tarefas, tornando-as descontextualizadas e desprovidas de sentido; outras vezes, os docentes procuram manter uma uniformidade escolar, sem uma proposta pedagógica específica que atenda às necessidades dos alunos com deficiência (KASSAR; OLIVEIRA; SILVA, 2007).

A educação física escolar deixa de ser apenas um lugar de lazer e diversão para se transformar em espaço de conhecimento habilidades e para apropriação da cultura corporal, de conhecimento social e democracia em relação a promover uma educação física de respeito às diferenças. O profissional de educação física não trabalha apenas com o movimento do corpo, mais sim com as relações que o próprio

corpo necessita para definir suas ações, considerando que a educação física inclusiva prepara e o deixa livre para realizar movimentos de liberdade corporal consolidando assim com movimentos que a educação física proporciona através do jogo, esporte, dança, luta ginástica (DAOLIO, 2006).

As estratégias utilizadas pelos professores em sala de aula deixam claro que as relações que os alunos constroem ao longo do processo de aprendizagem esta relacionado ao envolvimento que ele tem dentro de cada atividade, possibilitando e oportunizando seu acesso e conhecimento junto a todos os alunos (BRIANT; OLIVER, 2012).

Buscando socializar e integrar as crianças e adolescentes com deficiência seja ela mental ou física no convívio social e escolar bem como, conscientizar alunos regulares sobre as limitações presentes na vida de pessoas com deficiência, propiciando a elas o valor sociocultural e uma melhor qualidade de vida e seus valores morais, educacionais, como também o seu desenvolvimento e crescimento para a inserção na sociedade.

O motivo que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência é, sem dúvida, a qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas, de modo que se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus alunos, de acordo com suas especificidades, sem cair nas teias da educação especial e suas modalidades de exclusão (MANTOAN, 1997, p.21).

Com base no tema escolhido, entende-se a Educação Física Escolar é uma disciplina que não movimentam só o corpo, mas também transforma o aluno em cidadão conduzindo para realizar qualquer atividade que desejar, capacitando assim para uma melhor qualidade de vida e exercício da cidadania (CONFED). As estratégias que vão favorecer o processo de adaptação e desenvolvimento em sala de aula estão ligadas a relação que esta sendo construída entre professor e aluno, contudo o ensino e aprendizagem são oportunidades que são trabalhadas pelo professor com todos os alunos (BRIANT; OLIVER, 2012).

Diante de situações vividas em sala de aula e também como bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), foi possível refletir sobre o fazer docente. O interesse pelo tema surgiu na adolescência, quando sofria

bullying na escola, sendo necessário tomar decisões que foram fundamentais para o início da docência.

A proposta do PIBID fundamentou-se na ideia de aproximar os alunos de diversos contextos escolares e de vivenciar situações concretas no trabalho docente, foi uma proposta desafiadora, no entanto, ali estavam todos os desejos e anseios sobre a inclusão. Partindo das primeiras experiências foi possível interagir com a proposta pedagógica da escola, buscando envolver os alunos às práticas inclusivas, dessa forma, foi trabalhado o tema inclusão. O projeto Pibid é uma importante iniciativa para os licenciados, uma vez que proporciona maior vivência dos aspectos que constituem a docência, bem como a possibilidade de reflexão sobre a realidade da inclusão escolar dos alunos. O trabalho de inclusão na Educação do Campo partiu do contato semanal com uma turma do 6º ano do ensino fundamental, compartilhando os limites, dificuldades e superações de pessoas acometidas por alguma deficiência.

Desenvolver um trabalho voltado para a educação inclusiva nas escolas do campo é o início de uma mudança que pode favorecer em muitos aspectos, fortalecendo assim a formação inicial fundamentada na reflexão e problematização inclusiva (SAVIANI, 1995).

A lei nº 5.692 torna obrigatório a educação física escolar em toda a rede de ensino, ciclos e segundo grau (CONFED), atual LDB (Lei nº 9.394/96) em seu parágrafo terceiro, art. 26, refere-se a Educação Física como proposta pedagógica obrigatória integrado ao componente curricular.

As modificações no currículo escolar necessitam ser pensadas, a partir do contexto em que estão inseridas de acordo com a necessidade e peculiaridade de cada aluno, essas adaptações devem ser feitas em relação ao contexto escolar e não aos alunos (BRASIL, 2005).

Essas alterações curriculares devem ser realizadas e construídas pelo professor como instrumento para se trabalhar a diversidade em sala de aula, como também o trabalho coletivo, flexibilizando o conhecimento a todos os alunos (HENRIQUES, 2012)

“O movimento mundial pela educação inclusiva é uma política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (MAZZOTA, 2010, p. 9).

Diante disto, objetivo geral foi analisar a inserção da temática inclusiva nas aulas de Educação Física em escola do campo. Sendo seus objetivos específicos: a) analisar a prática pedagógica utilizada pelo professor de Educação Física para trabalhar a temática inclusiva nas aulas; b) identificar como os alunos são incluídos nos conteúdos propostos durante as aulas; e c) se existe dificuldade de inclusão dos alunos durante a prática pedagógica do professor nas aulas.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Educação Inclusiva

É importante contextualizar a educação inclusiva com o início de sua história, para isso é necessário conhecer como tudo se construiu ao longo da caminhada, cada conquista, e como tudo acontece em nossa sociedade. Neste cenário, Jannuzzi (2004) diz que:

[...] a partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência: a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando à peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular, outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas, há surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagogos e outros de reabilitação geralmente particular a partir de 1950, principalmente, tudo isso no conjunto da educação geral na fase de incremento da industrialização do BR, comumente intitulada de substituição de importações, os espaços possíveis deixados pelas modificações capitalistas mundiais. (p. 34).

No período entre 1960 e 1968 foi marcado pela crise da nova Pedagogia e pela articulação de tendência tecnicista, assumida pelo grupo militar e tecnocrata. A educação nessa época passou a ser enfatizada como derivada do projeto de desenvolvimento econômico e após isso, no período de 1968/71, a educação, a escola e o ensino foram concebidos como investimentos. A nova ideologia da eficácia da produtividade refletiu nas preocupações didáticas da época, reproduzindo o ensino da disciplina à dimensão técnica, afirmando a neutralidade científica dos métodos (ROMANELLI, 2003).

É preciso estar atento aos primórdios e ao contexto em que a educação especial passou até os dias atuais, como também as práticas pedagógicas que apresentam a educação inclusiva. De longa data, a educação nacional vem mostrando o quanto necessita de mudanças para atender a todos os alunos, garantido o desenvolvimento escolar destes, e como nesse sentido, a vontade política para enfrentar um programa em favor das transformações de qualidade tem sido preferida pela opção por políticas que a um custo que não exija ampliação significativa da participação da educação na renda nacional e no orçamento público, privilegiam intervenções que tem sido compensatórias ou orientadoras para ações

que possam mostrar números indicativos e maior acesso e permanência dos alunos no sistema escolar (FERREIRA; FERREIRA, 2007, p. 21-48).

A educação inclusiva torna-se relevante com compromisso a sociedade em torná-la igualitária e consciente que todos têm o mesmo direito e o mesmo dever, em se tratando dessa perspectiva Goffredo (1999) acrescenta que:

Frente a esse novo paradigma educativo, a escola deve ser definida como uma instituição social que tem por obrigação atender todas as crianças, sem exceção. A escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade. Portanto, deve manter as suas portas abertas às pessoas com necessidades educativas especiais (GOFFREDO, 1999, p. 31).

A escola deve assumir o papel de aprimorar o conhecimento e aprendizado proporcionado no ambiente escolar, a educação especial possibilita as diferenças dentro e fora de sala de aula buscando desenvolver uma educação baseada na necessidade e característica de cada um, compreendendo assim todo o processo de aprendizado e busca pelo conhecimento. Carvalho (2005) diz que: Ao refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de Educação inclusiva, estamos considerando a diversidade de aprendizes e seu direito à equidade.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC) no Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência começou na época do Império. Nesse período duas instituições foram criadas: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.

No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (MEC, 2002).

A educação inclusiva não compreende apenas no espaço escolar, mais em uma pedagogia para todos centrada em uma prática de múltipla e diversificada, segundo Tessaro (2005) citam que incluir representa muito mais do que inserir fisicamente pessoas deficientes no ensino regular ou em um ambiente comum. Para esses autores, a inclusão implica em dar outra lógica à escola, isto é, pensar em

uma escola que não deixe nenhum aluno de fora. Uma escola que atenda a todos sem exceção, que possa ser representada em função das novas demandas da sociedade atual, como também das exigências do novo alunado, é que deve ser instituída. A educação inclusiva propõe acabar com as discriminações com as crianças especiais, educar cidadãos mais conscientes que respeitem o próximo e aprendam a conviver com as diferenças. Se os professores alcançarem os objetivos da educação inclusiva, estará atingindo os benefícios da mesma.

Para crianças com necessidades educacionais especiais uma rede contínua de apoio deveria ser providenciada, com variação desde a ajuda mínima na classe regular até programas adicionais de apoio à aprendizagem dentro da escola, dando apoio conforme necessário, à provisão de assistência dada por professores especializados e por pessoal de apoio externo. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

A necessidade de se adequar e conviver com alunos com necessidades especiais é constante, no Brasil, a regulamentação mais recente que estabelece a organização do sistema educacional é o plano Nacional de Educação PNE 2011 à 2020. O PNE Plano Nacional de Educação foi aprovado em 26 de junho de 2014 e terá validade de 10 anos. Esse plano estabelece diretrizes, metas e estratégias que devem reger as iniciativas na área da educação. Por isso, todos os estados e municípios devem elaborar planejamentos específicos para fundamentar o alcance dos objetivos previstos considerando a situação, as demandas e necessidades locais.

O PNE tem por objetivo com a finalidade de direcionar esforços e investimentos para a melhoria da qualidade da educação no país. Seus principais desafios estão relacionados à evolução dos indicadores de alfabetização e inclusão, à formação continuada dos professores e à expansão do ensino profissionalizante para adolescentes e adultos. Esse documento, entre outras metas e propostas inclusivas, estabelece a nova função da Educação especial como modalidade de ensino e que perpassa todos os segmentos da escolarização da educação infantil ao ensino superior realiza o atendimento educacional especializado disponibilizando os serviços e recursos próprios que orienta os alunos e seus professores quanto à sua utilização nas turmas comuns do ensino regular.

O aluno com necessidades especiais deve ser preocupação não somente do professor mais de toda a escola, diante disso é necessário proporcionar momentos

em que todos possam expor as suas dificuldades em realizar uma educação de qualidade aos alunos portadores de necessidade especial, as trocas de experiência se tornam ferramentas benéficas para a pesquisa e formação continuada dos educadores, (OLIVEIRA, 2004).

Sendo a inclusão um caminho para a construção de uma sociedade democrática, o desafio da escola está pautado não somente em trabalhar com crianças com necessidade especial, mas garantir que o ambiente ao seu redor lhe dará condições para uma aprendizagem de qualidade. A educação inclusiva tem como finalidade assegurar a todos os estudantes, sem exceção, a igualdade de oportunidades educativas, para que os mesmos possam usufruir serviços educativos de qualidade e de outros apoios complementares que os preparem adequadamente para a vida futura (FONSECA, 2003, p. 23).

A educação inclusiva deveria ser de uma única forma para todos, não existe um modelo para uma escola ou educação inclusiva, a inclusão trata de como devemos lidar com as diferenças. Segundo Mantoan (2003) para que realmente se faça a inclusão escolar, é necessário transformar a escola, reestruturá-la em novos moldes, é preciso mudar a escola e, mais precisamente, o ensino nela ministrado.

Ainda segundo o autor os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. (MANTOAN, 2003, p. 67).

Segundo Mazzota 2003 nos anos 90 se afirma as novas ações governamentais que tornam a educação inclusiva sistematizada, e busca que assegurem os portadores de necessidade especial na rede regular de ensino. Já Castro (2002) confirma que o futuro das escolas é oportunizar a todos a mesma educação, a eles cabem as mesmas aspirações e realização pessoal, como também consolida a sociedade, as mesmas transformações sociais.

1.2 Entendendo as Leis

A inclusão dentro da nossa sociedade tornou-se indispensável para os portadores de necessidades especiais, dessa forma eles podem exercer com dignidade o exercício da cidadania, mais precisamente para educação especial que buscam por instituições especializadas no sentido de inserir e dar condições aos alunos nas salas regulares de ensino. (MANTOAN, 2003).

Esse fato que vem transformando o cenário da educação mundial a Declaração de Salamanca 1994 foi o marco inicial para a transformação a educação inclusiva, o documento foi criado para oferecer sustentabilidade para atender as necessidades dos portadores de necessidade especial, independente de suas condições. A declaração prima pela inclusão educacional dos alunos, tendo como objetivo fornecer subsídios para as reformas educacionais necessárias com o movimento de inclusão social.

A Declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos que consolidam o início de movimentos pela inclusão Social, conforme relata em seu texto: "O currículo deveria ser adaptado às necessidades das crianças, e não vice-versa. Escolas deveriam, portanto, prover oportunidades curriculares que sejam apropriadas a criança com habilidades e interesses diferentes". (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)

O texto ainda relata em seus escritos que os direitos humanos e a declaração mundial apontam uma educação especial para todos centrada na necessidade de cada criança (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Falar de inclusão exige de nos falar sobre o ECA, tratando-se da esfera constitucional o direito e o acesso à educação não somente pelos portadores de necessidades educacionais especiais mais para todos, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) traz em seus escritos a – Lei nº 8069/1990. No ECA art.3º garante o acesso a criança e ao adolescente o respeito aos direitos fundamentais essenciais à pessoa humana, entre estes, portanto, à educação. Ainda no art. 4º diz que é dever da família, da sociedade e do Poder Público assegurar-lhes à educação. Neste sentido, é dever da família prezar pelo direito à educação, prevendo no art. 5º punição na forma da lei ao desrespeito a este direito. (ECA, 1990)

Para entendemos melhor os artigos já mencionados o ECA, ainda estar escrito no capítulo IV os artigos 53 a 59 , dentre os quais o art. 54, em especial III

prevê que é dever do Estado assegurar a criança e ao adolescente o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência na rede regular de ensino, estabelecendo, ainda em seu § 1º que “o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo”.

Ainda, na esfera constitucional é necessário constatar que a LDB - Lei nº 9.394/96 estabelece aos portadores de necessidade especial mais precisamente no art. 1 que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Ainda segundo o art. 2º a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No art. 3 I e XI igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, assim como no ECA estabelece que todos deverão receber as práticas educacionais na rede regular de ensino (LDB, 1993).

A Educação Inclusiva é pretendida como uma educação para todos, que visa inverte todo tipo de exclusão, criando assim condições para o público diversificado da educação especial. Sendo assim a educação inclusiva modifica não apenas a parte física da escola, a posição e atitudes dos docentes, como também da sociedade em geral, aprendendo assim com as diferenças. Segundo Freire (2005).

Uma das tarefas mais importantes da prática educativa-crítica é propiciar as condições em que os educados, nas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora, ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos capaz de ter raiva porque é capaz de amar. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. (p.41).

O momento é de refazer a educação escolar inclusiva, de olha para coletividade, direcionando todos para um olha unificador preparando o aluno para uma sociedade inclusiva tendo como ferramenta a pedagogia educacional, o apoio da comunidade modificando todo pensamento de exclusão e aprendendo com as diferenças. Segundo Cavalcante (2005), o motivo principal de elas estarem na

escola é que lá encontra um espaço genuinamente democrático, onde partilham o conhecimento e a experiência com o diferente, tenha ele a estatura, a cor, os cabelos, o corpo e o pensamento que tiver. Por isso quem vive a inclusão sabe que está participando de algo revolucionário.

Para que a educação inclusiva seja realmente uma proposta educacional que atenda a necessidade de todos os portadores de necessidade especial ou não, é necessário uma organização planejada e idealizada pelos professores de acordo com a necessidade de cada aluno, segundo (OLIVEIRA; LEITE, 2002) os docentes no sistema educacional devem assumir um novo papel, o de oferecer um atendimento educacional que deve contemplar um conjunto de serviços em sua essência, possibilitando um conhecimento indispensável para todos.

A proposta educacional inclusiva nasce em consequência não somente para os portadores de necessidade especial, mas como uma necessidade de novas práticas educacionais e sociais. Segundo (MEC, 1999) vem apresentando propostas pedagógicas, materiais para professores e toda a escola, isso são estratégias que possa dar subsídios aos alunos e professores para que todo o conhecimento seja propagado sem nenhum tipo de exclusão.

Diante de todos os diálogos se estaca o significado e as transformações que a educação especial provocou no âmbito educacional, na qual todas as crianças possam se beneficiar. Ao se firmar todo esse processo de construção as diferenças são consideradas normais no processo educacional, cada do aluno reagira no seu e ritmo sendo sua natureza umas das pontes para a aprendizagem, segundo Mantoan, (2006), as modificações na pedagogia escola precisa ser realizada de acordo com necessidade de cada aluno, buscando assim a demanda será realizada de acordo processo formativo desses alunos.

A LDB diz que a educação prepara o aluno para a vida seja ele com deficiência ou não inseri-lo construindo conhecimentos pedagógicos mais preparando para a sociedade, mais precisamente o art.1 diz que: a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Uma pratica pedagógica escola de qualidade centrada na criança e no seu progresso educacional de todos os estudantes é conseqüentemente, uma mudança da sociedade como um todo. A educação inclusiva vem dar significado concreto e

adaptável assegurando que todos têm o direito, e não provar que precisa conquistar algo (SASSAKI, 2006)

É importante enfatizar que a diversidade humana como a valorização de cada um não se caracteriza pelo tipo de religião, sexualidade, cor que inda são punidas por serem deferentes, mas o crescimento adquirido pelos portadores de necessidade especial na educação não devem ser considerados atos inclusivos e não ocorrer por imposição, A sociedade precisa transformada, e não modificar as pessoas. De acordo com Mantoan (2005):

Inclusão é a nossa capacidade de entender e receber o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas deferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência, física, para os que têm comportamento mental, para os superdotados, e para toda criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com outro. (p. 96).

A inclusão causa mudanças educacionais, sociais e estruturais isso não se restringe apenas a escola, o principal objetivo de uma educação inclusiva é acolher os que apresentam alguma diversidade ou necessidade especial, aqui vale ressaltar uma educação igualitária para todos. Resgatar os valores emocionais é muito importante, segundo Sasaki (2003), os reais motivos e objetivos de uma educação inclusiva estar em valorizar o conhecimento que cada aluno traz conseguem, suas vivencias e aprendizagem nortearam o seu processo de construção do saber, isso seria a escola inclusiva para todo.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1997) a escola é um espaço diversificado por isso o respeito a diversidade será obrigatório, isso norteará o incentivo e o respeito, como também uma educação de qualidade. A escola tem esse papel de incentivar e favorecer o respeito e a diversidade, prezar e zelar por ela, sem que aja qualquer desrespeito as diferenças, sendo assim o papel da escola se cumprirá, a educação de qualidade será realizada, como também o respeito a diversidade.

Os PCNs têm por finalidade um processo de inclusão, que foram criados com objetivo de dar subsídios aos alunos e assim obter um vinculo com a escola e a sociedade possibilitando a igualdade para todos, além de ser um fator de extrema

relevância para a educação especial. Segundo o autor no século atual há um incentivo que a escola forme cidadãos críticos, pensantes, livres de expressão, que participe de atividades dentro da sociedade, e que respeite as diferenças e individualidades de cada um (BRASIL, 1998).

1.3 Definição de deficiência nos marcos legais

O presente tópico tratar dos tipos de deficiência apresentadas e discutidas nesse projeto, no entanto é necessário aqui esclarecer o por que da escolha de apenas três deficiência ou grupos de necessidade especial. A escolha nasceu de um projeto aplicado no PIBID DIVERSIDADE onde fui bolsista por 4 anos, como também de experiências vividas na minha adolescência época essa em que vivenciei a exclusão no período escolar, como também foi a parti daí que percebi nas observações realizadas e desenvolvidas no projeto PIBID, a necessidade de trabalhar o “Tema Inclusão” aparece no projeto como necessidade de esclarecer aos alunos a importância da inclusão na escola, na comunidade, e mais necessariamente nas aulas de educação física. Nas primeiras abordagens podemos constatar que não havia nenhum aluno com necessidade especial na escola, no entanto planejamos algumas atividades que pudessem tratar de inclusão simulando assim a existência de portadores de necessidade de especial. Desde então montamos as atividades com simulação de algumas deficiências para que os alunos pudessem experimentar e praticar com se fossem pessoas que possuíssem uma necessidade especial e como se portavam no seu dia a dia na escola, em casa, e na sociedade.

1.3.1 Deficiência auditiva: um breve histórico no Brasil

O aluno portador de deficiência auditiva pode ter perda total ou parcial da audição, provocado por doenças congênitas ou até mesmo por problemas provocados na infância da criança. A audição é um dos sentidos que possibilita o desenvolvimento do ser humano através da comunicação, como na manifestação dos seus relacionamentos físicos e sociais.

Denomina-se deficiência auditiva a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum, e parcialmente surdo, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva. (BRASIL, 1997, p. 31)

No Brasil foram criadas as primeiras instituições para os Surdos 1857 O instituto Imperial dos Surdos-Mudos, entre elas uma das mais importantes é a de

Santa Terezinha- São Paulo (BUENO, 1993). Porém a educação inclusiva vem passando por transformações e movimentos em pró da educação inclusiva, comprometendo-se em elevar o acesso e permanência de alunos portadores de necessidades especiais ou não seja ele na escola, ou na sociedade.

O atendimento educacional especializado não supre tudo o que o aluno com deficiência necessita para sua escolarização, que começa na educação infantil. É por isso que ele vem para acrescentar e não para subtrair o direito de acesso ao mesmo ambiente que os demais educandos. (FÁVERO, 2007, p. 57)

Segundo Mantoan (2005) a escola tem o papel de considerar e reconhecer que os portadores de necessidade especial não somente tem o direito e acesso as escolas inclusivas, como também demonstrando a sociedade de todos somos iguais, deixando ações reflexivas e atuais para a sociedade como um todo. Ainda segundo o autor:

Inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes entre nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro. (MANTOAN, 2005, p. 1)

O grande desafio nos dias atuais é o de estar no lugar do outro, compartilhar de suas limitações se solidarizando com suas buscas e conquistas, ter o privilégio de estar contribuindo para a compreensão de uma educação inclusiva que venha a atender a todos sem exceção. Sasaki (2012) diz que:

Inclusão é o processo pelos quais os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda adversidade humana – composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos, com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações. (p.1).

A inclusão traz em suas lutas a possibilidade de todos ocuparem o mesmo espaço, e adquirirem o mesmo direito transformando de maneira clara o amparo legal para os portadores de necessidade especial. A lei nº 4024/61 indica que a

educação é fundamental para todos mais precisamente no sistema de ensino regular.

Apesar do sistema regular de ensino, toda a legalização necessária para os portadores de necessidades especiais continua sendo exercida sem uma educação qualificada, no entanto é importante enfatizar que o não cumprimento está ferindo os princípios constitucionais legais, aos quais os mesmos têm direito, e "[...] o número de deficientes auditivos incorporados ao ensino regular é irrisório, embora já se tenham acumulado evidências de que a deficiência auditiva não acarreta, em si, qualquer prejuízo intelectual" (BUENO, 1994, p. 37).

Em dezembro de 2005 o portador da deficiência auditiva conseguiu pelos meios legais regulamentar através da lei 10.436/02 inserir o uso da língua de sinais (libras), o decreto ainda assegura ao portador de deficiência auditiva que deve ser incorporador no sistema regular de ensino possibilitando assim o direito a uma educação especializada, garantindo o acesso qualificado a esses portadores.

O atendimento educacional especializado não supre tudo o que o aluno com deficiência necessita para sua escolarização, que começa na educação infantil. É por isso que ele vem para acrescentar e não para subtrair o direito de acesso ao mesmo ambiente que os demais educandos. (FÁVERO, 2007, p. 57)

É necessário construir alguns métodos devem ser adotados ou até mesmo incorporados ao processo pedagógico da escola, para isso oferecer uma educação com qualidade aos alunos às estratégias precisam ser traçadas para uma melhor comunicação e socialização dos alunos dentro e fora de sala de aula.

A formação de professores deverá desenvolver-se em ambiente acadêmico e institucional especializado, promovendo-se a investigação dos problemas dessa modalidade de educação, buscando-se oferecer soluções teoricamente fundamentadas e socialmente contextualizadas. Devem ser utilizados métodos e técnicas que contemplem códigos e linguagens apropriados às situações específicas de aprendizagem, incluindo-se, no caso de surdez, a capacitação em língua portuguesa e em língua de sinais. (SALLES, 2004, p. 60).

1.3.2 Deficiência visual

A deficiência seja ela visual ou não estar presente desde início da humanidade, o portador de deficiência visual se caracteriza por uma avaliação clínica do grau de cada deficiência sendo ela classificada com herança genética ou na, no Brasil a Lei nº 9.394/961 garante a permanência da criança no sistema regular de ensino, isso se firma independente da sua condição física, intelectual, social e econômica de cada um.

Um dos marcos importantes no Brasil é a criação do Instituto Benjamin Constant que foi criado em 1854 por D. Pedro II, atualmente conhecido como Instituto Nacional de Educação para Surdos, o objetivo era lecionar aulas para crianças cegas. As aulas eram ministradas pelo Benjamin Constant com as disciplinas de matemática, português, como também foi ele que começou a lecionar as primeiras aulas através dos sinais, a partir daí o professor Benjamin adaptou os conteúdos ao método Braille, facilitando assim os conteúdos ministrados por ele, esse foi um dos seus primeiros trabalhos produzidos por Benjamin na instituição.

A nossa visão é o sentido pelo qual nos orientamos, percebemos tudo ao nosso volta, segundo Ramos (2006) é sistema pelo qual é formado com a função de enxergar, Já para Mazzaro (2008) a visão é responsável por suprir sua interação, como também a capacidade de adquirir conhecimentos no espaço educacional, social e cultural.

O ser humano pode obter uma perda parcial ou total da visão, segundo Mendonça (2008) as possíveis alterações na visão determina e limita as realização que envolve a utilização da visão, essa dificuldade pode afetar o seu desenvolvimento no processo de aprendizagem.

Na educação especial no Brasil é definida como direito a partir da lei nº9394/96, segundo ela diz que a educação em sua particularidade precisa oferecer na rede regular de ensino um atendimento especial conforme afirma no capítulo V:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (LDB, 1996).

Estamos em um momento vivenciado por toda educação que é necessário uma proposta pedagógica de respeito com educando, sua carga de conhecimento de ser respeitada e aproveitada, dessa forma busca-se uma educação que possa contribuir para um crescimento físico e intelectual, Mantoan (2003 p. 24) diz que: “a inclusão tem por objetivo inserir o aluno, ou um grupo de aluno que já foi anteriormente excluído. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos que é estruturado em função dessas necessidades”.

A educação especial inclusiva deve acontecer para uma melhor socialização do processo de aprendizagem dos portadores de necessidade especial, direcionando assim todo seu processo de construção do conhecimento, possibilitando assim um flexibilidade e dinâmica no processo de aprendizagem e interação com a sociedade, segundo Brasil (2001):

[...] implica numa nova postura da escola comum que propõe no projeto político pedagógico, no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educandos, ações que favoreça a integração social e sua opção por práticas heterogêneas. A escola capacita seus professores, preparam-se, organizam-se, e adaptam-se para oferecerem uma educação de qualidade para todos, inclusive, para os educandos com necessidades especiais. (p.40)

Portanto é necessário propiciar para os educandos metodologias que favoreçam não apenas o processo de aprendizagem, mais uma emancipação como ser humano, Montoan (2003) diz que a escolas precisam de espaços que favoreçam não só a inclusão, mas que aprendam a conviver com as diferenças baseando-se nas relações afetivas, para ela as relações permitem que interajam e estejam abertos as diferença.

1.3.3 Cadeirante: acessibilidade como um direito

A lei de acessibilidade nº 10.098/2000, a lei garante e possibilita a portador de deficiência o acesso igualitário a todos, o acesso deve ser garantido em qualquer ambiente público que seja de sua necessidade do portador de necessidade física ou não, ela também garante que esse mesmo portador de deficiência física tenha o direito a adaptações nos espaços públicos como, rampas de acesso, elevador no ônibus de transporte público, no entanto nem sempre é assim que acontece.

O decreto art. 24 do decreto Nº 5296/2004 se refere ao direito a acessibilidade na escola, nele fica evidente a responsabilidade e critérios para o atendimento seja realizador com qualidade, inclusive fica claro no parágrafo:

§1. Para a concessão de autorização de funcionamento, de abertura ou renovação de curso pelo Poder Público, o estabelecimento de ensino deverá comprovar que:

I - está cumprindo as regras de acessibilidade arquitetônica, urbanística e na comunicação e informação previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica ou neste Decreto;

II - coloca à disposição de professores, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida ajudas técnicas que permitam o acesso às atividades escolares e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas.

Em si tratando de inclusão e adaptação no ambiente escolar, Vargas (2013) diz que se torna mais complicado do que parece, uma vez que quando falamos de acessibilidade não estamos tratando apenas de locomoção, mas de qualidade de ensino, material didático apropriado, condições para o aluno e professor e a suas inter-relações. Para o autor a transformação do ambiente as necessidades necessárias para que o aluno tenha seu acesso livre, assim será de fato uma educação prazerosa, e uma inclusão educacional e social de qualidade.

A acessibilidade plena será atingida a partir de uma postura urbana e atitudinal que reavalia a própria noção de deficiência. Esta, por muito tempo, esteve associada a fatores individuais, ou seja, as pessoas com deficiência deveriam se adaptar ao meio. Em nossa entender, são os espaços que devem ser considerados 'deficientes' quando não se adaptam a todas as pessoas (DUARTE; COHEN, 2010, p. 87).

Entendendo que toda acessibilidade deve ser assegurada pelo espaço acessível, possibilitando assim que todas as atividades desejadas pelo portador de deficiência sejam por ele realizadas. Favero (2005) diz que o processo inclusivo não estar agregado ao desenvolver individualmente, estar em preparar a sociedade para que ele possa usufruir dela.

2. PROCESSO METODOLÓGICO

2.1 Delineamento do estudo

Esta é uma pesquisa qualitativa que de acordo com Flick (2009), torna-se possível observar uma série de características como sentimentos, emoções, aspectos como atitudes, emoções, sendo impossível avaliar estes aspectos através de uma pesquisa quantitativa. Para Abílio e Sato (2010), para identificar uma pesquisa qualitativa é preciso saber interpretar os que os participantes da pesquisa apresentam; buscar saber lidar com a subjetividade preocupando-se com o contexto; e reconhecer a importância e impacto que seus resultados poderão causar.

Diante das afirmativas citadas, optou-se pela pesquisa de campo para o desenvolvimento do trabalho, uma vez que, para Marconi e Lakatos (2011) a pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Santos (2004) destaca que o campo é o lugar natural onde acontecem os fatos/fenômenos/processos. Para o autor, a pesquisa de campo é aquela que recolhe os dados in natura, como percebidos pelo pesquisador.

2.2 Cenário do estudo

Para realizar a pesquisa foi escolhida a Unidade Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental José Bonifácio Barbosa de Andrade, caracterizada como Escola do campo e fica localizada no Distrito do Pio X, na cidade de Sumé.

Atualmente a escola possui 08 salas de aula; 01 ginásio poliesportivo (que é dividido entre a escola e a comunidade); 01 pátio amplo; 01 laboratório de informática contendo 05 computadores com acesso a internet; 01 sala dos professores; 01 secretaria, direção e coordenação; 01 cozinha; 02 almoxarifados para materiais diversos; 01 dispensa para alimentos; 05 banheiros, sendo 02 destinado para os professores, 01 para os funcionários da cozinha e 02 para os alunos.

Ao contrário das escolas regulares da cidade, a escola do campo José Bonifácio Barbosa de Andrade tem suas aulas iniciadas às terças-feiras devido ao dia da feira no município de Sumé que é realizada às segundas-feiras, tendo o

encerramento da semana letiva aos sábados. Com um corpo docente de 10 professores, seu quadro de funcionários e alunos está dividido da seguinte forma:

Tabela 1: Alunos da Educação básica.

| Educação básica | Número de alunos |
|------------------------|-------------------------|
| Educação Infantil I | 54 |
| Educação Infantil II | 52 |
| Total | 112 |

Fonte: dados da secretaria da escola.

Tabela 2: Equipe de funcionários.

| Função | Número de Funcionários |
|-------------------------------|-------------------------------|
| Professor | 10 |
| Cuidador em Educação Infantil | 02 |
| Auxiliares | 04 |
| Secretária | 01 |
| Coordenadora | 01 |
| Gestor | 01 |
| Total | 19 |

Fonte: secretaria da escola

Dividindo o Ensino Fundamental II por áreas de conhecimento, os professores estão divididos de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 3: Professores do Ensino Fundamental II, divididos por área de conhecimento.

| Área | Número de professores |
|-----------------------------------|------------------------------|
| Linguagens e Códigos | 02 |
| Ciências Humanas e Sociais | 02 |
| Ciências da Natureza e Matemática | 02 |
| Total | 112 |

Fonte: secretaria da escola

Por ser municipalizada, a escola ainda desenvolve alguns projetos parceiros a exemplo do Projeto Mais Educação, criado pelo Ministério da Educação e do PIBID Diversidade, desenvolvido pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Estes projetos desenvolvem suas ações seguindo a proposta pedagógica assim prevista pela escola. O PIBID tem como objetivo motivar o aluno a formação inicial dando a ele os primeiros contatos com docência na educação básica, fortalecendo no início da carreira docente os estudantes e sua inserção na Educação do Campo.

2.3 Atores sociais da pesquisa

Os atores sociais (AS) da pesquisa foram 02 professores da área de Linguagens e Códigos do Ensino Fundamental II que ministram as aulas de Cultura Corporal e 08 alunos do 6º ano do Ensino Fundamental II da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Bonifácio Barbosa situada no Distrito Pio X, município de Sumé, estado da Paraíba, é importante ressaltar que participaram das atividades aplicadas 08, mas apenas 05 se disponibilizaram a fazer as entrevistas.

2.4 Critérios de inclusão

Foram incluídos na pesquisa os professores que ministram aulas de Cultura Corporal e os alunos do 6º ano do Ensino Fundamental II, apenas do gênero feminino.

2.5 Critérios de exclusão

Foram excluídos os professores das áreas de Ciências humanas e sociais, ciências da natureza e matemática, além dos alunos que não estão matriculados no 6º ano do Ensino Fundamental II.

2.6 Instrumentos e técnicas para coleta de dados

Como instrumentos para a coleta dos dados, foram utilizados um diário de campo onde foram anotadas todas as informações referentes à sequência didática das atividades realizadas com os alunos do 6º ano.

Também foi utilizado um roteiro de entrevista pelo fato deste tipo de instrumento ser importante para que as dúvidas do pesquisador em relação aos fatores emocionais e sociais do participante sejam esclarecidas (MARCONI; LAKATOS, 2010; FLICK, 2009). Esta entrevista foi realizada com 05 alunos que atualmente cursam o 7º ano do Ensino Fundamental e participaram da pesquisa em 2016.

2.7 Procedimentos para coleta de dados

Para dar início à pesquisa, o pesquisador entrou em contato com a direção da instituição, explicando o interesse em utilizar as informações acerca dos problemas enfrentados nas escolas e que necessitam do apoio do Conselho Tutelar. A presidência do Conselho Tutelar do município também foi procurada e desta forma, obteve aprovação das duas partes envolvidas, por acreditarem na relevância da investigação.

Após autorização das duas instituições, o pesquisador deu início às análises documentais, no qual segue um modelo protocolar que ficam na sede do Conselho Tutelar do Município de Sumé. A escolha da escola se deu pelo fato de se tratar de uma instituição localizada na zona urbana que recebe um grande número de alunos da zona rural da região, bem como a facilidade de acesso envolvendo pesquisador e profissionais da área.

2.8 Análise dos dados

Todas as informações colhidas durante o período de pesquisa foram interpretadas, baseando-se nos métodos de análise de conteúdos discutidos por Bardin (2009), uma vez que em seus estudos ela procura apresentar “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2009, p. 38).

2.9 Procedimentos éticos

Pelo fato da pesquisa envolver crianças e adolescentes, bem como um grupo limitado de profissionais facilitando a identificação dos mesmos, foi necessário seguir os preceitos éticos da pesquisa científica previstos na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016). O anonimato e livre participação ou não foi garantido, respeitando as identidades dos participantes e seu desejo em participar voluntariamente desta pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 O olhar dos alunos do campo frente à educação física inclusiva

A educação do campo nasce de uma proposta de sujeitos autônomos que constroem sua própria história, as lutas tomam forma através diversidades de gêneros, raça e etnia. Para isso a educação do campo tem uma proposta de permanência e diversidade no currículo do campo. Segundo Freire (2011, p. 11),

[...] os currículos precisam se desenvolver a partir das formas mais variadas de construção e reconstrução do espaço físico e simbólico, do território, dos sujeitos, do meio ambiente. O currículo precisa incorporar essa diversidade, assim, como precisa tratar dos antagonismos que envolvem os modelos de agricultura, especialmente no que se refere ao patenteamento das matrizes tecnológicas e à produção de sementes.

A educação não somente a educação do campo precisa estar focada na formação do homem do campo, tornando viável e estimulando assim a reconstrução de todo o sistema educacional, possibilitando suas capacidades no espaço social do campo.

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I- conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III- adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

O aluno do campo precisa lidar com a diversidade que nele existe, é de necessidade ligar o papel da ciência, da matemática, história sem negar suas raízes, pondo em prática o papel social e educacional. Segundo Freire (1993), "[...] se os seres humanos fossem puramente determinados e não 'seres programados para aprender' não haveria por que [...] apelarmos para a capacidade crítica do educando. Não haveria por que falar de educação [...] para a libertação". (p.12).

Durante as observações realizadas nas atividades desenvolvidas pelos professores na escola José Bonifácio de Andrade pode constatar que não havia nenhuma atividade pedagógica naquele momento sendo desenvolvida sobre de inclusão, mais necessariamente nas aulas de Educação Física. Partindo desse

pressuposto e em diálogo com o projeto PIBID desenvolvendo a possibilidade junto com os professores da escola de colocarmos a intencionalmente atividades diferenciadas preparando e colocando-os frente ao processo inclusivo possibilitando aos alunos uma experiência a sociedade inclusiva. Para Carvalho (2003) é necessário intensificar e dar novos significados a inclusão escolar e suas práticas, para uma resignificação da educação inclusiva e propostas voltadas para o ensino e aprendizagem dos portadores de necessidade especial.

Para contribuir como também refletir sobre o processo de inclusão na escola, Figueiredo (2002), nos diz que não é necessário dominar técnicas específicas para uma realidade inclusiva escolar, mas, sim cabe ao professor um aprimoramento para identificar e assim anular as possíveis barreiras que venham a apresentar-se no processo de aprendizagem dos alunos.

Segundo a fala de alguns professores e alunos se depuseram a contribuir para a análise do o processo de pesquisa demonstrando assim satisfação em contribuir para as discussões sobre inclusão escolar, é quando esse trabalho é barrado em alguns momentos:

O espaço escolar é uma das grandes dificuldades citadas pelos professores na rede regular de ensino, diante dessa realidade tão constante aos portadores de necessidade especial, segundo os professores: "a maior dificuldade foi em relação ao espaço, o espaço adaptado pra essas atividades, no entanto, agente procura desenvolver, criar algumas ferramentas que são necessárias para desenvolver essa adaptação" (AS nº 2, Professor). Mantoan (2003) diz que:

[...] implica um esforço de modernização e reestruturação das condições atuais das maiorias das nossas escolas, especialmente as de nível básico, ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada.). (MANTOAN, 2003, p. 40)

"É nós procuramos fazer adaptações nos esportes, por exemplo, nas aulas de cultura corporal se notamos alguma limitação deles procuramos inseri-los nas atividades e mudar também o tipo de atividade para que eles possam se sentir incluídos no desenvolvimento das atividades" (AS nº 1, Professor), corroborando com Bracht (2005):

[...] o esporte moderno resultou de um processo de modificação, poderíamos dizer, de esportivização de elementos da cultura corporal de movimento das classes populares inglesas, como os jogos populares, cujos exemplos mais citados são os inúmeros jogos com bola, e também, de elementos da cultura corporal de movimento da nobreza inglesa. (BRACHT , 2005, p. 13).

Os alunos aparentemente conseguem desenvolver todas as atividades propostas, como também demonstraram serem receptivos as atividades simuladas para um aluno portador de necessidade especial.

A proposta é de fazer com que cada um possa sentir em suas atividades diárias o que um portador de necessidade especial enfrenta no seu dia a dia. Nessa direção é possível imaginar o que um portador de necessidade especial encontra de obstáculos na comunidade, sala de aula com diversas outras atividades do seu dia a dia:

Nós trabalhamos a educação inclusiva, mediante ao projeto do PIBID que também desenvolve parcerias junto com a escola, como também novos olhares, novos pensar sobre a educação inclusiva isso acontece através de palestras teóricas e aulas praticas, nos quais os alunos podem vivenciar um pouquinho esta nova situação que não estavam acostumados a vivenciar. (AS nº 2, Professor).

Para Daolio (1996) a diversidade apresentada dentro das aulas de cultura corporal deve proporcionar o conhecimento através do movimento do corpo, conseqüentemente não exigirá dele um rendimento de atleta de ponta. Assim:

A Educação Física Plural deve abarcar todas as formas da chamada cultura corporal - jogos, esportes, danças, ginásticas e lutas e, ao mesmo tempo, deve abranger todos os alunos. Obviamente, que seu objetivo não será a aptidão física dos alunos, nem a busca de um melhor rendimento esportivo. Os elementos da Cultura Corporal serão tratados como conhecimentos a serem sistematizados e reconstruídos pelos alunos. (DAOLIO, 1996, p. 4).

Os alunos apreciaram positivamente a inserção de atividades inclusivas nas aulas de Educação Física. Diante das observações realizadas em cada atividade foi possível constatar que os alunos se identificaram com naturalidade e positividade de ter no seu meio um portador de necessidade especial, sendo assim os alunos relatam que a experiência tinha sido sim positiva, e puderam perceber a dificuldade que eles sentem em realizar certas atividades. O AS nº 5 (aluno 3), relatou que: "Sim

por que agora eu sei que essas pessoas são iguais a todos, mas passam dificuldades em alguns momentos". Freire (1996) diz que: "Acredito que o esporte educacional seja a prática que invista exclusivamente no desenvolvimento da autonomia. E acredito que essa autonomia nasce da compreensão que o aluno possa vir a ter sobre sua prática" (p. 81- 83).

A discussão a cerca das mudanças na maneira que eles viam um portador de necessidade especial, trouxe para eles uma visão ampliada nas praticas aplicadas na escola. Montoan (2000) diz que: a diversidade no âmbito escolar é fazer com que todos sejam acolhidos e interajam e reconheçam que são todos iguais e com suas diferenças, a escola precisa tratar desse espaço inclusivo de qualidade, juntos criando possibilidades e estratégias que conduzam o aluno ao processo de aprendizagem igualitário para todos. O AS nº 5 (aluno 3) disse que: "Sim por que agora eu sei que essas pessoas são iguais a todos, mas passam dificuldades em alguns momentos".

O AS nº 3 (aluno 1) relatou que nunca executou nenhuma atividade com um de portador de necessidade especial, apenas se compadeceu da situação pelo qual a pessoa passava. Em relação atividades ministradas simulando uma deficiência, o aluno disse que aquelas atividades deveriam ser mais utilizadas na escola e que gostou de realizá-la. Mantoan (2000) observa que as escolas abertas à diversidade são escolas:

[...] em que todos os alunos se sentem respeitados e reconhecidos nas suas diferenças, ou melhor, são escolas que não são indiferentes às diferenças. Ao nos referirmos a essas escolas, estamos tratando de ambientes educacionais que se caracterizam por um ensino de qualidade, que não exclui, não categoriza os alunos em grupos arbitrariamente definidos por perfis de aproveitamento escolar e por avaliações padronizadas e que não admitem a dicotomia entre educação regular e especial. As escolas para todos são escolas inclusivas, em que todos os alunos estudam juntos, em salas de aula de ensino regular. Esses ambientes educativos desafiam as possibilidades de aprendizagem de todos os alunos e as estratégias de trabalho pedagógico são adequadas às habilidades e necessidades de todos. (MANTOAN, 2000, p. 7-8)

AS nº 4 (aluno 2) disse que antes de realizar as atividades via um portador de necessidade especial como alguém que tinha "muita dificuldade". Para Carvalho (2003) não basta apenas que as coisas aconteçam, e sim um novo direcionamento

seja ela na prática, teórica ou até mesmo de atitudes, isso faz parte do que a inclusão escolar realmente anseia.

A escola com seus recursos pedagógicos não devem apenas favorecer meios para que os alunos desenvolvam suas habilidades, mas que a escola tenha também o papel de incentivá-los para que adquiram suas atividades, assim o professor estará contribuindo ao portador de necessidade especial ou não a sua emancipação intelectual.

Segundo Mantoan (2003, p. 97):

A educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e com um meio de assegurar que os alunos, que apresentam alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os outros, ou seja, os mesmos direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular.

As vivências possibilitaram diante das atividades de incluir a educação inclusiva nas aulas de cultura corporal, sendo assim provoca uma interação em tudo que a escola oferece seja valores e até mesmo seus sentimentos. O professor (AS nº 1, Professor) “Não, a aceitação deles foi tranquila, eles até conheceram e acharam interessantes como poderia ser se existisse alguém com alguma limitação”. Mantoan (2003) assegura que:

[...] não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelo qual forma e instrui os alunos. E muito menos desconhecer que aprender implica ser capaz de expressar, dos mais variados, o que sabemos, implica representar o mundo a partir de nossas origens, de nossos valores e sentimentos. (MANTOAN, 2003, p. 12)

A educação inclusiva se remete não apenas os portadores de necessidade especial na escola, mas como um cidadão que estar apto a suas atividades em sociedade, a valores e princípios igualitários, promovendo assim um vivência não apenas escolar mais em sociedade.

Portanto é necessário entender o quanto é necessário essa discussão de como é realizada ou não a inclusão escolar, no entanto é notório que ainda há muita resistência no âmbito educacional, de como acontece à inclusão, como também o respeito as suas individualidades sem ferir seus direitos por lei garantida.

3.2 Educação do campo e a educação física inclusiva nas escolas do campo

Assim como a educação inclusiva perpassa e nasce de lutas, a educação do campo nasce da prática criada pela luta do povo e seus movimentos sociais, pela sua permanência de seu direito no campo, políticas essas que garantam sua permanência e educação de qualidade para todos. (CALDART, 2004), diz que a educação do campo e as lutas por transformações e direitos muitas vezes são violados, no entanto ela ainda enfatiza que a educação se torna referência quando a identidade do homem do campo se junta a cultura, e toda a sua experiência já adquirida nas vivências no campo. Ainda segunda a autora Caldart (2003) a educação campo não é construída para ser diferente, ela valoriza o que o sujeito do campo traz em suas particularidades adquirindo valorizando suas crenças, trabalho, cultura, reforçando assim a sua relação homem, campo e suas lutas sociais.

A educação do campo nasce por Lei e como decreto presidencial Nº 7.352, no art. 28, o mesmo diz que:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. 22 Lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (DECRETO Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010.)

É nessa perspectiva que a educação do campo nasce tudo no campo e trava algumas lutas para sua permanência. Quando falamos de uma educação do campo por direito, falamos da real efetivação e permanência deles no campo. A educação em especial a educação inclusiva Arroyo (2004) nos diz que: a escola no campo foi construída para garantir que seus direitos sem excluir um deles que seja, precisa estar direcionada para um olhar humanizado, vendo não apenas um aluno, mais toda uma história reconhecendo assim a história individual de cada ser humano.

Quando falamos de desconstruímos algumas idealizações já formadas avançando assim em busca de solucionar a problematização da educação inclusiva, provocando assim uma mudança no plano geral da educação inclusiva, Corroborando com Figueiredo quando diz que:

[...] efetivar a inclusão é preciso [...] transformar a escola, começando por desconstruir práticas segregacionistas. [...] a inclusão significa um avanço educacional com importantes repercussões políticas e sociais visto que não se trata de adequar, mas de transformar a realidade das práticas educacionais. (FIGUEIREDO, 2002, p. 68)

A BNCC apresenta uma discussão recente em 2017 que culmina da identificação dos princípios e valores que já vem sendo discutido pela LDB (§ 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) que diz respeito à educação e suas respectivas dimensões seja ela física, intelectual e social.

A BNCC trata dessa fragmentação educacional e que possibilite discussões entre as três esferas de governo, federal, estado e município, o mesmo se remete a formação e reforma no setor educacional, enfatizando que é necessário movimentos concretos para uma educação adequada e em pleno desenvolvimento. O documento diz que devem assegurar o pleno desenvolvimento educacional em dez competências gerais:

COMPETÊNCIAS GERAIS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e

sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BNCC, 2017, p. 6-7).

As discussões a cerca BNCC diz que a formação seja ela humana e social devem ser realmente valorizadas, firma valores e estimular a construção de seus próprios conhecimentos, atendendo assim o que acontece de comum no dia adia da sociedade em geral (BNCC, 2017, p. 6). Ao mesmo tempo o documento ainda em fase de construção, discute a retirada, como também a permanência de algumas disciplinas do currículo escolar.

A Educação Física é uma disciplina que incorpora a pluralidade de forma que cada conteúdo seja adaptando assim cada movimento para a inclusão de portadores de deficiência física. A BNCC 2017 trata da Educação Física e suas particularidades, dizendo que:

No entanto, essas características não possuem um único sentido ou somente um significado entre aqueles que o praticam, especialmente

quando o esporte é realizado no contexto do lazer, da educação e da saúde. Como toda prática social, o esporte é passível de recriação por quem se envolve com ele. (BNCC, 2017, p. 211).

Essa prática deve ultrapassar os muros da escola dando ênfase à educação do campo e educação inclusiva que permitem ao portador de necessidade especial uma amplitude no conhecimento corporal e social.

Em princípio, todas as práticas corporais podem ser objeto do trabalho pedagógico em qualquer etapa e modalidade de ensino. Ainda assim, alguns critérios de progressão do conhecimento devem ser atendidos, tais como os elementos específicos das diferentes práticas corporais, as características dos sujeitos e os contextos de atuação, sinalizando tendências de organização dos conhecimentos. (BNCC, 2017 p.215).

Assim como a educação inclusiva a educação do campo traz em suas discussões no sentido de proporcionar e ampliar os espaços educacionais e culturais, com isso acreditamos que a educação do campo interligada com a educação especial pode e deve proporcionar momentos de valorização individual e coletiva para cada criança, adolescente, jovem ou adulto portador ou não de necessidade especial.

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. (MANTOAN, 2003, p. 32)

A nossa sociedade ultrapassa pelo um momento de adaptações em geral na educação, no entanto tanto a educação inclusiva como a educação do campo também passa por cenários parecidos de luta, e efetivação no que diz respeito ao o direito por lei de uma educação efetivada. Diante dessa realidade Carvalho (2003) diz que os desafios da inclusão passa não só por novos desafios em sala de aula, mais também de uma mudança interior, deste modo provoca uma mobilização que o ambiente em que os alunos estão inseridos propiciará a eles uma nova forma de aprendizagem para todos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na no decorrer da pesquisa foi possível identificar as necessidades tão presentes no âmbito educacional, principalmente na educação inclusiva. É importante ressaltar que as minhas experiências vividas no projeto PIBID possibilitaram não só entender como se dava o processo de inclusão, e como a escola estar voltada para o desenvolvimento do cidadão seja ele portador de necessidade especial ou não.

As experiências aqui relatadas puseram em evidência o quanto os professores das escolas regulares carecem de conteúdos da educação especial e espaços para poderem pensar em práticas de ensino que envolva não apenas os alunos que compõem o público-alvo da educação especial, mas todos os alunos da sala de aula. Nesse sentido, a atuação do professor e de projetos como o PIBID em parceria com os demais professores regentes, em ambientes inclusivos e colaborativos, implica mudanças de paradigmas, concepções e novas maneiras de pensar as estratégias, adaptações e recursos de ensino.

Nós educadores temos a tarefa, assim como a família e a sociedade firma-se com o compromisso de desenvolver junto aos portadores de necessidade especial o digno processo de aprendizagem, buscando assim efetivar seus direitos como também diminuir o que às vezes a sociedade deixa parecer tão cruel, tomando o que é de direito seu. É necessário restabelecer a dignidade humana a nível mundial possibilitando assim uma relação adequada entre crianças portadoras de necessidade especial ou não e o mundo.

A sociedade em geral estar repleta de diversidade, isso inclui o processo educacional, sendo assim garantir o acesso, a permanência e a qualidade de ensino e aprendizagem de maneira igual para todos. A educação inclusiva deve responder a todas as necessidades que qualquer criança venha a exigir no processo escolar, familiar e social, tendo em vista que incluir é uma das ferramentas pedagógicas que deve alicerçar o desenvolvimento de cada criança. A escola deve incluir no processo pedagógico escolar as questões relacionadas às diferenças, levando em conta o que a sociedade atual traz de preconceitos, buscando meios para que a educação inclusiva seja uma forma de mudar pensamentos preconceituosos, podendo assim transformando em ações uma sociedade igual para todos.

Foi possível perceber nas observações feitas no processo da pesquisa que é notório na fala de professores e alunos que a educação inclusiva passa pelo processo de dificuldade no âmbito educacional, apesar de todo o aparato legal, o sistema educacional inclusivo necessita com urgência de mudanças na estrutura de ensino, tanto pedagógico como estrutural para que a educação se efetue como educação de qualidade para todos. Para se alcançar resultado positivo no processo inclusivo é necessário pensar na reestruturação de uma nova sociedade em geral, que a educação seja entendida como ferramenta fundamental para o desenvolvimento do homem, e para a reconstrução de um mundo mais humanizado.

Em resumo, é necessário provocar a sociedade para uma transformação seja ela social ou cultural, tendo em vista que todas as mudanças requerem adaptações, por isso à necessidade de estar reestruturando não só a educação mais a sociedade como um todo. Neste sentido esta pesquisa teve como objetivo compreender como se dá o processo de inclusão colaborando e desenvolvendo ações que possibilitem condições para a inclusão de portadores de necessidade especial, tendo em vista que inúmeras discussões sobre o tema em toda a área educacional, como também na sociedade em geral.

Por fim julgo de extrema necessidade a nossa contribuição enquanto professores formadores de opinião, que buscam uma educação igual para todos sem distinção, provocando assim um estímulo para propostas de educação inclusiva, incentivando a discutir e encontrar soluções para dificuldade existente na escola.

REFERÊNCIAS

ABILIO, F. J.P. Educação, Meio ambiente e saúde nas escolas. In: GUERRA, R. A. T. (Org.). **C 569 Cadernos cb Virtual**. João Pessoa: Ed. Universitária 2010.

ARROYO, M. G. **Imagens quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARRANHA, M. S. F. Inclusão social e municipalização. In: MAZINI, E. J. **Educação Especial**: temas atuais. Marília: Marília Publicações, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BAUER, M. W. Análise de Conteúdo Clássica. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**: um manual prático. Trad. Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 02 de maio de 2017.

BRASIL. **Lei Federal 11.114 de 2005**. Modifica o art. 6º da LDB incluindo a criança de seis anos de idade, no ensino fundamental.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação Básica. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Resolução CN/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001**.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial**: área da deficiência visual. Brasília: MEC: SEESP, 1995. (Série Diretrizes, n.8).

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. 2. ed. Brasília: MEC; SEESP, maio 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Educação Física**, Brasília, 1998.

BRASIL. Presidência da República. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA**. Decreto Nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC, Brasília, 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde de 07 de abr. 2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, nº 98, seção 1,

p.44-46, 24 maio 2016. Disponível em:
<<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2017.

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

_____. Constituição das teorias pedagógicas da Educação Física. **Cadernos Cedex**, ano XIX, n. 48, 1999.

BRIANT, Maria Emília Pires; OLIVER, Fátima Corrêa. Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo 428 estratégias e ações. **Rev. bras. educ. espec.** [online], Bauru, 2012, v. 18, n. 1, p. 141-154. ISSN 1413-6538.

BUENO, J.G.S. Crianças com necessidades educativas especiais, políticas públicas e a formação de professores: generalista ou especialista? **Revista Brasileira da Educação Especial**, Piracicaba, UNIMEP, v. 3, n. 5, p. 7-25, 1993.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n.1, p. 60-81, jan./jun. 2003. Disponível em:
<<http://www.curriculosemfronteira.org/vol.3iss1aticles/roseli2.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2011.

CAMPOS, Regina H. F. Helena Antipoff. In: FÁVERO, Maria de Lourdes A.; BRITTO, J. (Orgs.) **Dicionário de educadores no Brasil – da colônia aos dias atuais**. UFRJ/ MEC-InepComped, Rio de Janeiro, 2002.

CAVALCANTE, Meire. A escola que é de todas as crianças. **Revista Nova Escola**. São Paulo, n.183, 2005. p.40-45.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem**. Educação inclusiva. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos is**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

CASTRO, Antonilma Santos Almeida. **As inferências feitas por crianças com Síndrome de Down na leitura de textos imagéticos**. 2002. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2002.

CAVALCANTE, Meire. A escola que é de todas as crianças. **Revista Nova Escola**. São Paulo: Victor Civita, n.183, 2005. p.40-45.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; BRASILEIRO, Alice. Breve Avaliação da Acessibilidade de Pessoas com Deficiência aos Museus do IPHAN e

do IBRAM no Estado do Rio de Janeiro. In: EXPOMUS. (Org.). **Caderno de Acessibilidade: reflexões e experiências em exposições e museus.** São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA **Deficiência auditiva: um breve histórico no Brasil.** Disponível em: <http://www.confef.org.br/confef/> CONFEF, 2002. Acessado em: 15 Maio 2016.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHA DE AÇÃO SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS. Brasília. CORDE, 1994. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/br_22_de_nov_2017>. Acesso em: 12 out. 2017.

DAOLIO, Jocimar. **Cultura, Educação Física e Futebol.** 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

_____. Educação física escolar: em busca da pluralidade. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, supl. 2, p. 40-42, 1996.

ECA - Estatuto da Criança e Adolescente. **Lei nº 8.069/1990**, 13 de Julho de 1994.

FAVERO. E. A. G. **O direito das pessoas com deficiência a educação.** Texto base para palestra com o mesmo título, no Semi Árido sobre o Direito a Educação, no Superior Tribunal de Justiça em 25 de junho de 2005.

FIGUEIREDO, Rita Vieira. Políticas de inclusão: escola gestão da aprendizagem na diversidade. In: ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUZA, Vanilton C. **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FREIRE, J. B. Esporte educacional. In: BARBIERI, C. A. S., BITIAR, A. F. (Orgs) **Esporte educacional: uma proposta renovada.** Recife: MEE I INDESP, UPE-ESEF, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 43 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FERREIRA, Maria Cecília C.; FERREIRA, Júlio Romero. Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas. In: GÓES, Maria Cecília R.; LAPLANE, Adriana Lia F. (Orgs.). **Política e Práticas de Educação Inclusiva.** São Paulo: Autores Associados, 2007. 1. ed. Cap. 2, p. 21-48.

FLICK, Uwe. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FONSECA, Vitor. Tendências futuras da educação inclusiva. **Rev. Educação**, Porto Alegre: PUCRS, n. 49, mar. 2003.

GLAT, R. NOGUEIRA, M. L. de L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. **Revista Integração**, Ministério da Educação/Secretaria de educação Especial, Brasília, ano 14, n. 24, 2002.

GODOY, A. S. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GOFFREDO, Vera Lúcia Flor Sénéchal. Educação: Direito de Todos os Brasileiros. In: **Salto para o futuro Educação Especial: Tendências atuais/** Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

HENRIQUES, R. M. **O Currículo adaptado na Inclusão de Deficiente Intelectual**. Disponível: <www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/489-4.pdf>. Acesso em: 30 de Jul. 2012.

JANUZZI, Gilberta de Martinho. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas. Autores Associados, 2004.

KASSAR, M. C. M.; OLIVEIRA, A. D; SILVA, G. A. M. **Inclusão em escolas municipais: análise inicial de um caso**. Educação, Santa Maria, RS, v. 32, n. 2, p. 397-410, 2007. Disponível em: Acesso em: 3 mai., 2016.

KASSAR, Mônica Carvalho Magalhães. Educação especial no Brasil: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 833-849, jul.-set. 2012.

MANTOAN, M. T. A. **Educação Especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar**. Disponível em: <<http://intervox.nce.ufrj.br/~elizabet/conhecer.htm>>. Acesso em: 18 maio 2017.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por que? Como fazer?** São Paulo, Moderna, 2003.

_____. Inclusão é o Privilégio de Conviver com as Diferenças. **Nova Escola**, maio 2005.

_____. Inclusão promove a justiça. **Revista Escola**, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/inclusao/inclusao-no-brasil/maria-teresa-egler-mantoan-424431.shtml>>. Acesso em: 12 maio 2017.

_____. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna 2000.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez 2005.

_____. **Educação Especial no Brasil: história e políticas Públicas**. São Paulo, 2010. Editora Cortez.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MAZZARO, J. L. Políticas para Inclusão Educacional: o professor e o aluno com baixa visão. **Revista@mbienteeducação**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 40 -55, ago./ dez 2008.

MENDONÇA, Nelino Azevedo de. **Pedagogia da Humanização – A pedagogia humanista de Paulo Freire**. São Paulo: Paulus, 2008.

Oliveira, A. A. S.; Leite, L. P. O papel da educação especial no sistema educacional inclusivo. **Jornal Diário de Marília**, Marília, 29 de outubro de 2002.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno. **Saberes imaginários e representações na educação especial: a problemática ética da “diferença” e da exclusão social**. Petrópolis: Vozes, 2004.

RAMOS, A. **Fisiologia da visão: um estudo sobre o “ver” e o “enxergar”**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.users.rdc.pucRio.br/Imago/site/semiotica/producao/ramos-final.pdf>>. Acesso em 05 de dez de 2012.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

SALLES, H. M. M. L. et al. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. 2. ed. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Causa, impedimento, deficiência e incapacidade, segundo a inclusão. **Revista Reação**, São Paulo, ano XIV, n. 87, jul./ago. 2012, p. 1.

_____. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

_____. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SAVIANI, Demerval. **A nova lei da Educação - LDB: trajetória e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 1999.

_____. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. Campinas: Editores Associados, 1995.

SATO, M; ZAKRZEVSKI,S.B.B. **Refletindo Sobre a Formação de Professores em Educação Ambiental**. In-J.E.S; SATO, M. A Contribuição da Educação Ambiental a Esperança de Pandora. São Carlos: RIMA 2001.

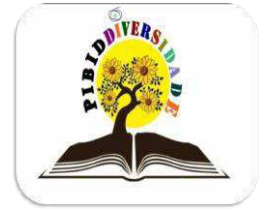
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília. MEC/SEF, 1997.

TESSARO, N. S. **Inclusão escolar**: concepções de professores e alunos da educação regular e especial. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

VARGAS, R. V. **Os desafios de incluir sem excluir**. 2013. Disponível em: <<http://www.revistaoprofessor.com.br/wordpress/?p=232>>. Acesso em: 20 dez 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista semiestruturado para alunos



1º Qual a sua idade?

2º Você conhece alguém que possui algum tipo de deficiência física ou mental?

3º Você já viu de alguém que possui algum tipo de limitação? (em caso afirmativo) Por que?

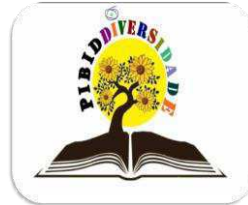
4º Como você viu um deficiente antes da realização das atividades de educação física inclusiva?

5º Como você se sentiu ao realizar essas atividades?

6º você gostaria que houvesse mais aulas inclusivas na escola?

7º Depois das vivências você mudou seu pensamento em relação as pessoas com deficiência? Por que?

APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista semiestruturado para os professores da área de linguagens e códigos



- 1º Há quanto tempo você leciona na escola?
- 2º Quantos alunos com algum tipo de limitação participam das suas aulas?
- 3º Como você lida os alunos ditos normais e de alunos com deficiência?
- 4º Em relação a pratica pedagógica, como vocês trabalham?
- 5º Como foi incluída a cultura corporal ou seja, a pratica adaptada nas aulas ? E como foi apresentada a pratica adaptada aos alunos nas aulas de cultura corporal?
- 6º Qual o comentário dos alunos em relação a essas praticas depois das vivencias?
- 7º Quais foram às dificuldades encontradas em relação a esse trabalho de inclusão de alunos com deficiência?